

A INTERVENÇÃO GRUPAL COMO POSSIBILIDADE DE AÇÃO CLÍNICA NO CONTEXTO CARCERÁRIO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SISTEMA PRISIONAL

Karem Pollyana Pereira Neves de Barros*
Suely Emilia de Barros**

Resumo: Este artigo propõe abordar, a partir da intervenção grupal com detentos da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS) enquanto possibilidade de ação clínica neste contexto-foco, o diálogo entre a Psicologia e o Sistema Prisional. Com este fim, tem por objetivo discutir a experiência no estágio básico em Psicologia Social vivenciada no espaço carcerário e subsidiada pela perspectiva da fenomenologia existencial. Esta elaboração norteou-se na intervenção psicossocial enquanto ação interventiva no campo e numa leitura sistemática e atualizada sobre a temática explorada. A vivência grupal com apenados caminhou conforme o modo de se apresentar de cada ser ali presente e contribuiu para a compreensão de que o retorno à sociedade é um espaço constante de possibilidades a serem escolhidas por estes sujeitos.

Palavras-chave: Vivência grupal com detentos. Retorno à sociedade. Possibilidades de escolha.

Abstract: This article proposes to raise from the intervention group with prisoners of the Penitentiary Judge Plácido de Souza (PJPS) as a possibility for action in this context clinical focus, the dialogue between psychology and Prisons. To this end, aims to discuss the experience on apprenticeship in social psychology experienced in this space and subsidized by the prospect of existential phenomenology. This development was guided in psychosocial intervention as interventionist action in the field and in a systematic and updated reading on the subject explored. The experience group contributed to the understanding that the return to society is a constant space of possibilities to be chosen by them.

Key-words: Experience group with prisoners. Return to society. Choice.

1. Contextualizando a temática

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, vem, na contemporaneidade, reconstruindo e transformando seu posicionamento frente à sociedade. No que compete ao espaço social do encarceramento, o Conselho Federal de Psicologia “tem construído um debate crítico e reflexivo sobre as prisões pautado na premissa do compromisso social da Psicologia, no reposicionamento da prática do psicólogo no sistema prisional tendo em vista as políticas públicas e os Direitos Humanos” (BOCK, 2005). Conforme essa mesma autora, esse compromisso social pauta-se em um projeto amplo e desafiador de colocar a Psicologia a serviço da sociedade, de suas urgências e das necessidades da maioria de sua população. Nesse ínterim, compromisso social é romper a tradição elitista da Psicologia e embasá-la em uma prática profissional voltada para a integração social (BOCK, 2005) – o profissional psi é convocado a ocupar um lugar de trabalhador e transformador social para além das quatro paredes do consultório. Na perspectiva defendida por esta autora, a saúde psicológica é produzida com laços sociais fortalecidos e possibilidade de fortalecimento do sujeito, com acolhimento e com ampliação da capacidade de intervenção transformadora na realidade social, precisando, portanto, que o psicólogo esteja presente nos diversos locais, como presídios, manicômios, febens, para participar da sua transformação. Considerando que há sujeitos que sofrem e que fazem sofrer, a presença do profissional

*Graduanda do Curso de Psicologia, VII Período, Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP/PE, E-mail: karempollyana@yahoo.com.br

** Psicóloga, Psicodramatista, Ms em Psicologia Clínica, Especialista em Psicologia Social, Professora/Supervisora da FAVIP e Associada da ong A-COLHER. E-mail: suemilia@uol.com.br

psi no Sistema Prisional caracteriza-se por uma contribuição crítica, respeitosa, competente e ética para possibilitar a leitura e visibilidade da dimensão subjetiva da vivência do encarceramento.

É por esta compreensão de se fazer Psicologia que considera-se possível o diálogo entre a Psicologia e o Sistema prisional. Um diálogo, aqui, sob o viés da Psicologia Social Comunitária. Nesse sentido, embasando-se na idéia de Campos (1996) de que comunidade é categoria orientadora da ação e da reflexão, ou seja, é referencial de análise que permite olhar a sociedade do ponto de vista do vivido. Assim, “Fazer psicologia comunitária é estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade [...]” (GÓIS, 1990, p. 117 citado por CAMPOS, 1996, p. 32). A Psicologia Social Comunitária delimita, então, “seu campo de competência na luta contra a exclusão de qualquer espécie”, em um “movimento de recriação permanente da existência coletiva” e “fluir de experiências sociais vividas como realidade do eu e partilhadas intersubjetivamente [...]” (CAMPOS, 1996, p.48).

Partindo desse pressuposto de condição intersubjetiva de existência, ou seja, de co-existência, o diálogo entre a Psicologia Social Comunitária e o Sistema Prisional articulou-se, nesta experiência que se apresenta, através de atividades em grupo com detentos da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS), como intervenção para uma ação clínica. Considerando a idéia de Sarriera (2000, p. 37-32) de que intervenção “diz respeito à relação indivíduo e coletivo” tendo como “objetivo principal possibilitar melhores condições humanas e de qualidade de vida”, a intervenção é, aqui, compreendida psicossocialmente. A ação clínica é entendida, de acordo com Santos (2005, p. 36), como “uma atitude, como uma ação com-o-outro”, como um olhar para os modos através dos quais o ser se mostra – a atitude clínica é possibilidade de ações para o cuidado. Para esta autora “a atitude clínica demanda um inclinar-se à escuta (atenção) e compreensão (acolhimento) do cuidar de ser ao qual o outro se entrega. Implica atentar aos singulares/plurais diferentes modos de ser entre os homens e de cada um consigo mesmo”. (SANTOS, 2005, P. 39). Uma escuta que tem sua diferença efetiva, conforme Santos (2005), na ação de voltar-se para a forma e o como do fenômeno que emerge, não se prendendo ao conteúdo, nem ao quê ou por quê. Como nos diz Figueiredo (1996, p. 40 apud SANTOS, 2005, p. 36), uma “escuta de que o nosso tempo necessita para ouvir a si mesmo naquilo em que lhe faltam as palavras”.

Esse estágio em Psicologia Social norteou-se por uma atitude fenomenológica existencial, enquanto tarefa de entregar ao sujeito sua responsabilidade existencial e teve por objetivo contribuir para a possível reintegração social de sujeitos sentenciados, compreendendo que a reintegração social é um processo de abertura do sujeito apenas para a sociedade e desta para ele, referindo-se a comunicação que deve existir entre a prisão e a sociedade para possibilitar que o sentenciado reconheça-se na sociedade e a sociedade na prisão (ALVINO SÁ, 2003 apud SILVA et al, 2007).

2. A vivência grupal com detentos da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS)

Considerando tanto a idéia de Campos (1996), de que é na relação grupal, no encontro com os outros semelhantes que descobrimos a realidade, a singularidade e a sociedade, como a de Sarriera (2000), de que é no encontro de pessoas que se dá o momento transformador, a vivência com os detentos em situação grupal foi acontecendo a partir de cada singularidade (modo de ser) representada em cada momento e de cada possibilidade de transformação. Assim, a proposta levada ao grupo diz respeito a uma disponibilidade enquanto atitude clínica para acolher o que, porventura, emergisse. Dentre os fenômenos emergidos, eles, em unanimidade, decidiram, neste primeiro momento, que a questão do retorno à sociedade, enquanto existência ou não de possibilidades/alternativas de vida não atrelada ao crime, era o fenômeno a ser trabalhado no grupo; contudo, a vivência grupal é um movimento constante de vir a ser e, portanto, no porvir podem emergir possibilidades diversas a serem sentidas e vivenciadas. Assim, os relatos que se seguem trazem alguns dos momentos vivenciados por este grupo, nos quais “[...] todos participam com igual poder e competência argumentativa no processo de resignificação da vida social” (CAMPOS, 1996, p. 48). A tarefa de escolher esses momentos para narrar nessa discussão que se apresenta não foi nada fácil, já que cada um é considerado muito importante e até indispensável, todavia, arriscou-se nessas escolhas que se encaminham.

A constituição do grupo se deu de forma aberta, ou seja, foi informado apenas o número de sujeitos participantes (entre oito e dez), e o setor psicossocial da instituição assumiu a escolha por esses. Inicialmente, o grupo formou-se com nove detentos, porém, após a solicitação para que todos sentassem ao chão formando um círculo e iniciado o diálogo, percebeu-se, nesse momento, que um dos sujeitos não sentou-se no chão com o grupo, ficando sentado em uma carteira escolar que ali se encontrava, então foi lhe perguntado se ele não queria se juntar ao grupo, sentando-se no chão e ele respondeu que não. Diante de sua resposta, lançou-se mais uma pergunta: - você não está querendo nesse momento participar do grupo? Ele respondeu com um gesto na cabeça que não. Então foi lhe falado: - pode ficar à vontade para se retirar e se em um outro momento você desejar participar, sinta-se à vontade da mesma forma. Ele, então, se retirou. Essa questão foi lançada para aqueles que ali se encontravam, indagando se mais alguém não estava sentindo-se à vontade para participar do grupo e todos responderam que não, afirmando que queriam participar; assim, o grupo ali formado contava, agora, com oito membros, ficando a falta representada pela saída de um deles.

Na construção do contrato de trabalho simbólico do grupo – este considerado, segundo a visão de Santos (2005, p. 119), “a partir da própria dinâmica do grupo [...] como algo processual/acontecimental [...]. O contrato [...] é uma coisa acontecimental em função da questão do viver-com, do viver-entre, isto é, da condição existencial de convivência” – ficou acordado os dias e horários dos próximos encontros, a delimitação de tempo para cada grupo, o sigilo em relação aos conteúdos emergidos e a autorização para a gravação, utilizando-se do instrumento MP 4, nas vivências. O emergir do fenômeno escolhido para ser trabalhado pelo grupo se deu no instante final da identificação de cada um, quando eram investigados seus nomes completos, idades, naturalidade e motivo da detenção: um deles, o Viajante¹ (19 anos) falou que estava na penitenciária há quinze dias, mas que dentre uma ou duas semanas já estaria livre; nesse momento outro membro do grupo, o Oficina (20 anos), retrucou essa fala dizendo que quando chegou à penitenciária também lhe disseram que ele sairia com uma semana, mas ele já está lá há quatro meses.

Nesse momento imediato surge a manifestação de Empresário (19 anos) para o grupo: “Esse tempo que eu tô aqui... dois anos... eu vejo o pessoal indo e voltando... eu acho que a sociedade é a culpada do ex-presidiário sair e voltar... porque na maioria das vezes vai procurar emprego... e como é ex-presidiário um julga... critica... condena... diz que não serve pra nada... as pessoas não acredita que a pessoa vai mudar!! Eu vejo aqui muitas pessoas que sai e quer mudar... quer fazer uma nova vida... mas só que a sociedade não deixa!”. Foi então perguntado a Empresário: - E você? Ele respondeu: “Eu quero mudar... quero construir uma família... mas só que a sociedade não deixa!”. A questão foi, então, lançada para o grupo: - Diante dessa fala, o que o grupo considera que pode ser feito? É Empresário quem se pronuncia: “O que eu acho que poderia ser feito... apesar que ninguém tá no coração de cada um que tá lá fora... era a sociedade não discriminasse tanto o ex-presidiário... porque a sociedade é a primeira a não dar oportunidade da pessoa trabalhar ou conseguir um emprego... ou construir uma nova vida! A sociedade nunca vai querer dar uma chance não!”. Perguntou-se a Empresário - Qual o seu sentimento frente a essa sociedade? Ele, então, disse: “No meu sentimento eu me sinto ofendido claro! Eu me sinto ofendido... e mesmo eu me sentindo ofendido... eu tenho que lutar pelos meus direitos... eu tenho que vencer essa barreira!”. Momentos depois um outro membro, o Motorista (21 anos), se manifestou em relação à questão: “Que nem ele (Empresário) falou sobre as pessoas que criticam lá fora... né... se a pessoa for ligar pra essas pessoas que criticam... a pessoa nunca vai se consertar! [...] O que eles falam é não ligar... fazer sua vida... tentar arrumar um emprego e seguir em frente... sempre vai ter um que vai criticar! [...] Eu saindo daqui... eu tenho um serviço certo de caminhão... eu trabalho de motorista... aí eu vou até mudar de bairro pra evitar!... chegando em outro bairro já é outro conhecimento... ninguém vai falar!”. O Empresário novamente se coloca para o grupo: “Eu acho que pra gente que somo presidiário... a gente só consegue uma nova vida diante da sociedade se a gente for pra outra cidade! [...] Aí no caso... o passado da pessoa vai tá guardado num baú... mas tá guardado pra novas pessoas que a pessoa conheceu... mas pra gente não vai ser esquecido e nem pra sociedade que conheceu o nosso passado! Eu acho difícil... eu fico até com raiva da sociedade... que a sociedade julga as pessoas sem conhecer!”.

A partir de todo esse diálogo, lançou-se a indagação para o grupo: - Quem é essa sociedade? O Empresário respondeu: “As pessoas de fora... né?” Motorista acrescentou: “É mais essas pessoas que criticam... que podem dar um emprego a um... [...] mas que não emprega porque é ex-presidiário!”. A

¹ Os nomes utilizados aqui são fictícios, escolhidos pelo próprio grupo, para preservar a identificação dos participantes.

questão foi recolocada para o grupo: - A sociedade é só o mercado de trabalho? Quem forma essa sociedade? Motorista respondeu: “Eu acho que é mais o mercado de trabalho!”. Aqui, percebe-se que esses sujeitos não se reconhecem na sociedade, não sentem-se integrantes dessa sociedade discutida pelo grupo. Mas, surgiu a voz de Mini-metalúrgico (35 anos), que até então não havia se pronunciado muito, quando diz que a sociedade é formada “Por gente!”; parece um início, por parte deste membro, de se colocar enquanto gente constituinte da sociedade, neste sentido, questionou-se ao grupo: - Quem é essa gente? E o Motorista falou: “No meu pensamento eu acho que é o mercado de trabalho mais!”. Contudo, surge mais uma voz que estava silenciada, a de Oficina (20 anos), quando disse: “Somos nós!”.

Emerge, então, a questão de se reconhecer nesta sociedade, de se implicar no processo coletivo de existência, de se perceber como produto e produtor da sociedade. Imediato a essa fala, Empresário se coloca: “Mas só que a sociedade num vê do jeito que você [estagiária] tá vendo agora!”. Outro membro, Vendedor (23 anos) se pronuncia: “Não vê um presidiário como uma pessoa!”. O Empresário leva a discussão adiante: “Se um empresário fosse consciente... aí ele ia dizer... ‘o seu caso foi o quê?’ Foi isso...isso! ‘Mas você quer trabalhar?’ Quero! ‘Então... eu vou lhe dar uma chance de você trabalhar!’ Mas só que quando a gente chega... ele diz a você... ‘é ex-presidiário?... num tem vaga não!’ Aí... a pessoa que é ex-presidiário vai fazer o quê? Anda... anda... e não acha emprego!... o que vai fazer? Vai botar uma arma na mão e roubar?!”. “Vai ser pior!”, se posiciona o Ciclista (29 anos) diante dessa fala e é lançada para o grupo a questão: - Como vocês percebem essa situação?... essa é a única alternativa frente a esta sociedade da qual todos nós fazemos parte? Empresário: “Eu tenho visto e analisado todo esse tempo sim!”. Mas, Oficina discorda e diz: “Há outras alternativas... como eu por exemplo... quando sair daqui vou comprar minhas peças e colocar uma oficina de carro e moto!”. Nesse momento, o Louvando a Deus (20 anos), que ainda não havia se colocado expõe seu pensamento: “Se nós for parar e olhar um pouco a sociedade... nós vamos ter que dar um pouco de razão a sociedade!... vamos fazer um exemplo... tem um trabalhador... que passa o mês todo trabalhando... com mulher e dois filhos em casa pra dar de comer... no maior do sofrimento... aí chega o dia de receber... aí chega um com a maior facilidade com uma arma e leva o seu dinheirinho de fazer suas comprinhas... aí você perdoou... aí mais na frente acontece de novo... aí imagina como você vai ficar? É isso que acontece com a sociedade!”.

Em seguida, Ciclista colocou: “A sociedade fica com raiva da gente por isso!!”. Com essa expressão, o grupo foi convocado a refletir sobre o seu posicionamento nesta sociedade, a questionar-se e a sair do lugar de presidiário para ocupar, ao menos naquele momento, o lugar daquele trabalhador que tem seu salário levado por um estranho. No instante seguinte, Motorista surge com uma questão: “Agora eu sou contra a pessoa que rouba pai de família! O caba que veve trabalhando ali pra ganhar um salário!... agora que pra roubar um banco... uma firma... eu num sou contra não!”. Complementando sua fala, Empresário expõe sua opinião: “Eu não sou contra quem rouba!... eu concordo assaltar coisa que tem valor... roubar gente que tem condições... que seja bem de vida... aí eu concordo! Agora roubar um pai de família que trabalha o mês todinho pra receber R\$ 400,00 eu acho covardia! [...]”. Esse fenômeno foi amplamente debatido pelo grupo. Essa discussão girou em torno dos valores de cada membro em relação ao ato de roubar. Todos se colocaram nessa questão, a maioria considerou que roubo é roubo, não há diferença, porém dois membros defenderam a idéia de que só é errado roubar quem não tem condições financeiras elevadas, porém ressaltaram que se tratava apenas de uma opinião e que estão decididos a não praticarem mais delitos, pretendem (re)construir uma nova história.

Em momento seguinte, o grupo volta a debater sobre o retorno à sociedade, logo quando Louvando a Deus expressou: “[...] então... a minha luta de virar o quadro contra a sociedade... como é que eu posso virar esse jogo? Vai depender de mim meu irmão!!... Como é que eu vou querer mudar a sociedade se eu não fizer um esforço... como é que eu vou buscar meus objetivos? Fazendo o que é bom! Se até agora eu só fiz o que é ruim... agora... daqui pra frente tem que fazer o que é bom! Sociedade é aquela que pede esmola... que sofre no dia-a-dia... essa sociedade aí que é roubando... que fica se escondendo atrás dos grandes... se você for dentro de uma prefeitura... quantas pessoas não têm ali que são ladrão?... quem faz a diferença é nós aonde chega... [...]. Quem faz a diferença é cada um!! Sobre trabalho... vamo fazer uma comparação... eu sou ex-presidiário tô na fila... mas só que já tem gente na fila que não é ex-presidiário... a oportunidade vai ser dada a quem?” “Ao outro que não é ex-presidiário!” [o grupo respondeu]. [...] “Como é que você vai querer mudar a sociedade?... como é que você vai querer ser chamado de uma pessoa cidadã? Você vai ter que lutar!!... é você que vai ter que ir buscar! Se você não olhar pra você e dizer que há esperança pra você mudar... quem é que vai dizer? Ninguém!! Se você vai

andando num caminho que só tem gente que te xinga... só tem gente que diz que você não serve pra nada... aí você levanta a cabeça... [...] é eu e você que tem que ir buscar as melhoras pra nossas vidas! [...] Cada um tem que levantar a cabeça e conseguir lutar pra ganhar seu valor na sociedade!”.

Através desta expressão, o grupo foi convidado a se colocar como sujeito atuante, que precisa e pode fazer a diferença, a ocupar um lugar de agente transformador de si próprio no espaço social. Apesar desta provocação, o que surge ao término dessa expressão, quando perguntado ao grupo como este percebeu/sentiu essa fala, foi o silêncio por uns instantes, até que Motorista verbalizou: “A pessoa mesmo é que tem que mudar... tem que procurar suas melhoras... é uma palavra de conforto!”. O Empresário, então, colocou: “Eu concordo... mas eu não concordo com uma parte!... nós procuramos nossa melhora... mas se você matou uma pessoa... aí você sai... a família dessa pessoa meu irmão... não quer deixar passar pra lá não!!... quer tirar a vida da pessoa! Aí se você tá dentro de casa... tá armado... aquela pessoa vem tirar sua vida... mesmo você sem querer fazer nada errado... você vai ter que matar para não morrer!”. Ciclista falou nesse momento “Aí nunca vai acabar!”.

Esse movimento grupal conduz para as diversas formas de sentir e perceber de cada membro em relação ao contexto social. É um movimento de idas, enquanto modos de ser, de se apresentar e de estar no mundo não vinculados às infrações da Lei e vindas, atreladas as cicatrizes que o ser presidiário deixa em cada sujeito e de um porvir repleto de possibilidades e de escolhas a serem feitas.

No contínuo da vivência grupal, quando do segundo encontro, notou-se a ausência de Vendedor, o qual já retornara à sociedade e percebeu-se nos primeiros instantes que havia um certo mal estar visível em determinados membros, o que parecia “contaminar” o grupo. O clima grupal estava meio pesado e parecendo estar fechado para a vivência. Essas sensações, percepções, sentimentos foram expressos ao grupo e, embora este tenha “negado” a princípio algum sentido, os incômodos foram emergindo e dando sentido ao sentimento. Logo de início, veio a cobrança pela não realização do grupo pela manhã como havia sido combinado no primeiro encontro; a queixa foi geral, muitos falaram que pensaram em não mais participar do grupo, que estava tudo perdido, pois o trato havia se desfeito. Diante da demanda, foi esclarecido para o grupo que a mudança de horário ocorreu pelo fato de que outras estagiárias estariam realizando um outro trabalho de grupo no mesmo horário, e em virtude da limitação de espaço, aquele grupo precisou mudar de horário, mas que existiu o cuidado de solicitar à instituição que eles fossem comunicados da alteração, sendo, portanto, uma total surpresa o fato deles não terem sido avisados. Após esse esclarecimento, o grupo pareceu compreender o ocorrido e os olhares para a estagiária ali à frente já não eram mais tão inquietos e desconfiados.

Todavia, dois membros ainda se mostravam distantes ao grupo, sentando-se em carteiras escolares, não se juntando ao círculo que ali se fazia presente no chão, mas, no mesmo movimento, parecendo solicitar desse grupo algo não explicitado verbalmente, algo da ordem da solidariedade. Compreendendo que “Uma ação solidária é necessariamente uma ação coletiva [...]” (SUNG et al, 1995 p. 114), foi necessário um trabalho de sensibilidade e disponibilidade para que o grupo como um todo e não somente a profissional de grupo fosse ao encontro desses membros e se solidarizasse com estes, com a idéia, portanto, que “Ser solidário significa se colocar no lugar do outro [...]” (SUNG et al, 1995 p. 114).

Com o acolhimento grupal, Viajante, se juntou ao grupo sentando-se ao chão e o outro membro, Empresário, permaneceu sentado à cadeira. Esse membro apresentava-se com um novo modo ser no grupo. Na primeira vivência grupal, Empresário se mostrou um dos membros mais participativos, trazendo muitas expressões verbais e neste aqui e agora apresentava-se distante, calado, chegando a verbalizar: “hoje eu não falo nada!”. Quando lhe foi perguntado se algo o estava incomodando no grupo ele respondeu: “não vou falar nada!”, e a resposta à pergunta de como estava se sentindo, ele expressou: “Tô bem né?... preso... já tendo pago minha cadeia! Já era pra eu ter saído daqui há mais de um mês... mas o juiz não resolve meu caso! A justiça não pode perder um dia pra gente... mas nós tem que perder dias... mês pra justiça!”. A sua fala vem denotada de irritação e ele deixou claro no grupo essa irritação e revolta em relação à justiça. Atrelada a essa expressão, surge a fala de Viajante, que diz encontrar-se detido porque não pagou a conta do que consumiu em um bar e o qual havia se apresentado ao grupo com um certo desconforto notório: “E eu... fui pra audiência... o camarada do bar retirou a queixa! Já era pra eu ter ido embora e o juiz olhou pra minha cara... bateu no meu ombro e perguntou se eu tava gostando da cadeia... e mandou eu ficar um mês aqui!”. Neste instante o sentimento do início da vivência começa a ganhar mais sentido, já que os dois membros que se mostravam mais distantes ao grupo conseguem expressar o incômodo que estavam sentindo.

Surge no grupo a questão do poder da justiça, o que parece provocar nos sujeitos um sentimento de não poder agir sobre a própria vida, de tê-la nas mãos do juiz, o qual detém o poder de controlá-la e decidir sobre seu destino. Frente a essa questão, o grupo pontuou para esses membros que é preciso ter paciência para esperar o dia de voltarem à liberdade, que esta espera é necessária já que estão pagando por um erro cometido. Logo, o Viajante, colocou para o grupo: “eu quero sair daqui! A queixa já foi retirada! Quero sair... vou vender jaquetas pra motoqueiro... quero esquecer que passei por uma prisão!!”. Nesse instante, o grupo retorna para as possibilidades do retorno à sociedade e os membros começam a expressar o que vão fazer quando sair da situação de privação de liberdade. O Oficina diz que vai montar sua oficina de carro, Motorista fala que vai trabalhar de motorista de caminhão e que já tem o trabalho certo, Mini-metalúrgica coloca que vai procurar seu ex-patrão, o qual gosta muito dele e não vai negar trabalho. Neste momento grupal, foi perguntado aos sujeitos, como condição de “estar fora, ultrapassar a realidade simplesmente presente na direção da possibilidade” (VATTIMO, 1996, p. 25 apud SANTOS, 2005, p. 28): Se vocês pudessem sair agora da penitenciária... qual a primeira coisa que fariam? Cada membro se expressou: Viajante reforçou que iria trabalhar, vender suas jaquetas; Mini-metalúrgica pontuou que iria mesmo procurar seu ex-patrão para lhe pedir trabalho; Oficina expressou que sairia correndo para encontrar sua família e viajar com esta para uma praia; Empresário disse que iria resolver seus problemas, mas preferiu não falar sobre estes; Louvando a Deus falou que iria dar seu testemunho perante a palavra de Deus, falar sobre sua experiência; Ciclista colocou que iria visitar parentes e amigos; e, o Motorista expressou que iria trabalhar e ficar com sua família, que só iria visitar seus amigos que lhe visitaram na cadeia.

Aqui, emerge a discussão acerca das amizades que se mostraram leais a eles e aquelas que lhes viraram às costas, como expressado pelo grupo. Alguns membros, como o Motorista, citaram exemplos destas amizades traíras (expressão trazida por eles): “Eu tinha um amigo que só vivia na minha casa... comia lá... e eu emprestava direto minha moto pra ele! Quando eu fui preso mandei chamar ele... e ele disse a minha mãe que não ia não... porque não podia fazer nada!... não ia poder me tirar da cadeia! Eu confiava nele!... [...] eu sabia que ele não podia me tirar!!... eu só queria conversar! [...]”.

Na seqüência desta discussão, surge algo novo, o Empresário traz para o grupo o fato de alguém ter ido perguntar ao pastor (na penitenciária há uma capela, na qual ocorrem cultos) se roubar rico não era errado, tendo o pastor indagado quem havia falado isso, a pessoa lhe disse que havia sido o Empresário no grupo com a psicóloga; o pastor, então, o chamou para conversar. Começa a fazer mais sentido o modo como este membro se apresentou para o grupo nesta vivência; além de seu desapontamento com a justiça, existia a quebra do sigilo acordado entre o grupo no primeiro encontro. Assim, mostrou-se em silêncio já que o que falasse poderia ser levado para fora do grupo. A maioria dos membros manifestou reação negativa ao ocorrido e afirmou não ter falado nada para o pastor, até porque não tem contato com este. Empresário, que até então não sabia quem fora a pessoa, pontuou que só poderia ter sido o Louvando a Deus ou o Ciclista, os quais são seus companheiros de cela e dos cultos. Então, no movimento grupal, o Ciclista expressa que foi ele quem procurou o pastor e procura se redimir com o grupo e com Empresário. Este parece ficar bem com o companheiro, mas o grupo se posiciona para rever a questão do sigilo no grupo e aqui se visualiza o fator acidental do contrato em decorrência do viver-com e do viver-entre. Nesta condição existencial de convivência o grupo decide, portanto, que o sigilo tem de existir. Nesta vivência grupal, o que emergiu enquanto fenômeno foi a questão da confiança. Os membros trouxeram a questão da confiança na profissional de grupo, da confiança na justiça, da confiança nas pessoas que estão do lado de fora da prisão, como os amigos e da confiança no próprio grupo.

Quando da última vivência grupal, Viajante se fez ausente, pois teve sua liberdade reconquistada, e Ciclista faltou, porque não quis ir para o encontro. No tocante às faltas surgidas ao longo das três vivências grupais, o grupo mostrou-se indiferente, parecendo mesmo não se afetar.

Pretendeu-se trabalhar nesse momento atual, a criatividade. Com esse objetivo, foi proposto ao grupo a criação de máscaras, através das quais cada membro poderia expressar o modo como se via/sentia na situação do retorno à sociedade. Neste instante, o Oficina verbalizou: “Eu não quero fazer máscara!!... já vai dizer que eu vou mascarado pra sociedade... por que a gente não desenha o que a gente quer fazer quando sair?” O grupo, então, decidiu criar uma imagem que expressasse o que cada um almejava fazer quando retornasse à sociedade. Esse recurso expressivo, lançado pelo próprio grupo, manifestou o modo como aqueles sujeitos se vêem na (re)apresentação à sociedade. Entre as imagens criadas, pode-se trazer:

Figura 1 – Produção do Oficina



Figura 2 – Produção do Motorista



Essas imagens parecem expressar a possibilidade de vida que os seus criadores mostraram escolher neste momento grupal enquanto modo de ser, de se (re)apresentar à sociedade. Contudo, como fala Ortega y Gasset (1961 apud SANTOS, 2005), o viver é o que fazemos e o que nos acontece; portanto, a vida é possibilidades de existência sendo tarefa do ser fazer suas escolhas. Assim, essa vivência grupal termina com uma certeza, a de que:

O existir humano é [...] contínua criação [...] um poder ser, 'um vir a ser'. O homem é um contínuo criar-se [...] como possibilidade aberta. [...] está em processo de fazer-se a si mesmo, está sempre escolhendo seu caminho [...] É responsável por si, é sua própria existência, escolhendo o que será no instante seguinte. 'Somos nossa escolha', dentro dos limites de nosso dado mundo. E, se não podemos mudar esses limites, podemos escolher como decidir nossas vidas dentro deles (FALEIROS, 1999, p. 52-53, aspas da autora).

A certeza, então, é única: cada sujeito participante desta vivência terá no seu retorno à sociedade possibilidades para serem escolhidas; as escolhas que serão feitas não há como saber, são um constante poder ser, um constante vir-a-ser, enfim lançar-se, ser projeto.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. Seminário: **Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional** (Discurso de Abertura), 2005. Disponível em:

http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/debates/direitos_humanos/direitos_humanos_051111_0145.html

Acesso em: 25 Outubro 2008.

FALEIROS, Elizabeth A. **Aprendendo a ser psicoterapeuta: um caminho longo e para sempre**. Pelotas/RS: EDUCAT, 1999.

SANTOS, Suely Emilia de B. **A experiência de ser ex-esposa: uma oficina sociopsicodramática como intervenção para problematizar a ação clínica**. 344f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2005.

SARRIERA, Jorge C. et al. Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: _____ **Psicologia Comunitária: estudos atuais**. Porto Alegre: Sulina, 2000, p.25 a 44.

SILVA, F.C.M. de Sá e; FRANÇA, F.; NEVES, L.C.D.; DAUFEMBACK, V. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos no sistema prisional brasileiro**. Brasília, 2007.

SUNG, Jung M.; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.